

As vantagens e os riscos da privatização

Dilapidada pelo governo Dilma Rousseff, maior empresa de energia da América Latina tem a chance de se tornar uma real competidora de mercado com a redução da participação estatal. Entenda por que há mais benefícios do que prejuízos nessa decisão

Márcio Kroehn

O comportamento das ações da Eletrobras foi atípico no pregão da B3 de terça-feira 22. O papel da companhia registrou valorização de 49,3%, num desempenho recorde poucas vezes visto num único dia na bolsa de valores, para empresas desse porte. O valor de mercado dela saltou de R\$ 20,2 bilhões para R\$ 29,3 bilhões. A última valorização meteórica de uma companhia havia acontecido em fevereiro de 2016, quando a ação da Petrobras ganhou 16,1% em razão de uma forte alta no preço do barril do petróleo no mercado internacional. O motivo que deu força à maior empresa de energia da América Latina foi a decisão do governo de privatizá-la.

Para aumentar a arrecadação e diminuir o déficit fiscal, recalculado para R\$ 159 bilhões para os anos de 2017 e 2018, um novo pacote do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) foi apresentado para a iniciativa privada, com 57 ativos, entre eles aeroportos, rodovias e a Casa da Moeda (ver reportagem aqui). Ao todo, o poder público espera uma receita total de R\$ 44 bilhões. “A agenda de privatização estabelecida pelo governo, mesmo sendo motivada pelo equilíbrio fiscal, moderniza o País”, diz Luiz Carlos Trabuco, presidente do

Bradesco. “Essa programação é extremamente positiva. O investimento privado, que precisa de taxa de retorno, vem para melhorar a infraestrutura.”

A Eletrobras é o bem mais valioso e o que mais choque deve provocar. “Teremos uma Eletrobras mais eficiente e uma tarifa mais competitiva”, diz o presidente Wilson Ferreira Jr. (leia a entrevista ao final da reportagem). Antes de privatizar, o governo terá de conseguir a aprovação de órgãos públicos e do Poder Legislativo. Não será uma conquista simples, muito menos fácil. Será preciso definir, por exemplo, como serão desmembradas a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que é binacional, com o governo do Paraguai, e a Eletronuclear, conforme determinação constitucional de que só o poder público pode mexer com energia nuclear.

O modelo dessa privatização será apresentado nos próximos meses. Pelo que se sabe até aqui, a decisão do governo foi tomada num contexto de necessidade de reforço de caixa para as combalidas contas públicas, mas o programa não se restringe a essa questão. O modelo que será adotado é o de uma diminuição da participação da União, que sozinha

detém 41% do capital da Eletrobras. Ao deixar de ser sócio-majoritário, o Estado eleva o nível de governança corporativa. O desejo, porém, é manter uma participação relevante. Por esse motivo, dificilmente a venda alcançará os cálculos iniciais de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões.

As estimativas consideradas mais realistas são de valores próximos a R\$ 10 bilhões. Listada no Nível 1 de governança corporativa da B3, a Eletrobras precisará propor aos minoritários a conversão de papéis Preferenciais (PN) para Ordinários (ON) para alcançar o Novo Mercado. O movimento deve repetir o que a Vale está promovendo neste momento com as suas ações. “Será interessante a Eletrobras contratar um comitê independente para calcular essa relação de troca”, diz Sandra Guerra, sócia-diretora da Better Governance. “Vai trazer credibilidade e conforto para o mercado e para os acionistas.”

O governo quer fazer da estatal do setor elétrico uma companhia com capital pulverizado, sem um controlador majoritário. É a chamada corporation, nos mesmos moldes de companhias como a varejista Renner. Uma oferta pública de ações vai atrair todo tipo de investidor, do financeiro





até empresas concorrentes. Os grupos chineses, que estão investindo pesado no setor elétrico e na infraestrutura nacional, devem ter uma participação relevante. Para garantir que ninguém seja controlador, será imposto um limite de votos nos conselhos para os acionistas.



Alinhados: O ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho (à dir.), atendeu o desejo do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., que pedia a privatização (Crédito:Pedro Ladeira/Folhapress)

O modelo é muito semelhante ao da portuguesa EDP, a companhia estatal de energia que, em 1997, realizou sua primeira oferta pública de ações. Nos anos seguintes, o governo português reduziu constantemente sua participação até realizar sua última venda importante em dezembro de 2011, para a chinesa Three Gorges. Hoje, eles são os maiores acionistas individuais, com 21,3% de participação. É provável que o governo brasileiro siga esse caminho, com pequenas diferenças. Como fez com a Embraer, será estabelecida uma golden share, uma ação especial que garante ao Estado o poder de decisões em assuntos estratégicos.

A fabricante brasileira de aviões, por exemplo, não pode negociar com nenhum país inimigo

nacional ou de aliados. Na Eletrobras, acontecerá o mesmo, mas em defesa da garantia de oferta de energia para o mercado. “A nossa expectativa é que, com os ganhos de eficiência que a empresa terá, vamos ter no futuro um custo para o consumidor final mais barato”, afirmou Fernando Bezerra Coelho Filho, ministro de Minas e Energia. Com 31% do total de geração de energia e 47% do total nacional de transmissão, o papel da Eletrobras no sistema elétrico é semelhante ao de qualquer outra empresa privada. Ela não tem relação com a regulação, que cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e o planejamento, que é realizado pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE).

Até a gestão dos fundos setoriais foram transferidos, no ano passado, para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Mas, até agora, a Eletrobras convivia com um problema inexistente para seus concorrentes: todos os ativos ruins que iam a leilão tinham de ser obrigatoriamente adquiridos por ela. “A privatização vai recuperar a capacidade de investimento e permitir que a Eletrobras entre em bons projetos”, diz Victor Kodja, presidente da BBCE, uma plataforma eletrônica de compra e venda de energia. “Até agora, ela era uma executora ruim. É só ver as linhas de transmissão que estão atrasadas ou pendentes de construção.”

Um dos principais defensores desse movimento de privatização

era Wilson Ferreira Jr., presidente da Eletrobras. Todos os meses, ao se reunir com o ministro Coelho Filho para falar sobre as pendências e as dificuldades da companhia, o executivo fazia apelos para retirar as amarras de ser uma estatal. As limitações, argumentava Ferreira Jr., que assumiu a empresa no fim de julho de 2016, iam da necessidade de o governo aportar capital para investimentos até o cumprimento da lei para simples aquisições de material de escritório.

A visão era a de que a companhia perdia eficiência frente aos competidores estrangeiros. “A Eletrobras teve um papel desenvolvimentista, em grandes obras, mesmo que elas não fossem um bom negócio”, diz João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos Energia. “Isso foi importante no passado para o País, mas a Eletrobras sempre esteve na beira do precipício. Agora, a Eletrobras pode ficar mais robusta competindo de igual para igual.” Desde que assumiu a presidência da Eletrobras, Ferreira Jr. chacoalhou as estruturas de uma empresa que guarda muitos esqueletos nas gavetas.

Depois de quatro anos de sucessivos prejuízos, que somaram R\$ 30,6 bilhões de 2012 a 2015, a Eletrobras conseguiu alcançar um lucro de R\$ 3,4 bilhões no ano passado. O endividamento líquido da companhia continua alto (veja quadro acima), mas a relação com a geração de caixa, que se aproximou de nove vezes, caiu quase pela metade. “Apresentamos





um plano de ação que vem sendo executado com grande êxito, para resgatar a Eletrobras, que estava numa situação muito difícil, econômica e financeiramente”, afirma Ferreira Jr., que comandou a passagem da empresa paulista CPFL de estatal para privada. “Independentemente da decisão de privatização, isso não muda. Até porque esse plano foi estabelecido exatamente para aumentar a eficiência, melhorar os resultados e as perspectivas da companhia.”



Vai dar água: a Usina Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira do Paraguai, é um ativo binacional que ficará de fora da privatização (Crédito:AP Photo/Jorge Saenz)

Nos próximos meses, a Eletrobras ganhará reforços em seu caixa. Em setembro, serão anunciadas as condições dos leilões de venda das seis distribuidoras que pertencem à estatal. A Celg, que foi a primeira a ser vendida, gerou R\$ 1 bilhão para os cofres da empresa. A expectativa é que o processo seja concluído até o final deste ano, permitindo que a Eletrobras deixe definitivamente esse negócio. Há interessados nesses ativos e o mercado aposta em Energisa, Equatorial e Neoenergia. Além das distribuidoras, a Eletrobras começará a vender sua participação nas Sociedades de

Propósito Específico (SPEs).

De um total de 178, a holding detém exclusivamente 74. “As distribuidoras estão fora das nossas prioridades, pois não há sinergia”, diz Miguel Setas, presidente da EDP no Brasil. “Mas, somos sócios da Eletrobras em três usinas, como a de São Manoel, em Mato Grosso, e temos interesse em ficar com a parcela minoritária.” A Eletrobras calcula a entrada de até R\$ 6 bilhões com essas vendas. Além da negociação de ativos, pequenas ações já implementadas mostram a burocracia existente na companhia.

A primeira é a unificação do sistema de gestão. Ao todo, as empresas que formam a Eletrobras tinham 11 diferentes programas, o que provocava ineficiência e atrasos nas decisões. Para se ter uma ideia, a holding precisava de 28 dias para consolidar os resultados. Até o primeiro semestre do ano que vem, todas as empresas poderão “conversar” na mesma linguagem. Foram investidos R\$ 140 milhões no programa, que vai gerar uma economia anual estimada de R\$ 100 milhões. Essa integração permitiu criar um centro de serviços compartilhados, em que 164 processos, como contas a pagar e a receber, gestão de pessoas entre outros, ficarão concentrados num único lugar. Mais do que a economia financeira, a Eletrobras conseguirá dobrar sua produtividade nesse setor.

Quem indica?: a privatização vai evitar as indicações políticas, muito comuns na Eletrobras (Crédito:Pedro Teixeira/ O Globo)

Mas nem tudo são flores para Ferreira Jr. Seus esforços para sanear a companhia, às vezes, extrapolam. Numa conversa com sindicalistas, gravada sem o seu conhecimento, ele afirmou que há muitos inúteis, com salários de R\$ 30 mil e R\$ 40 mil. “A sociedade não pode pagar por vagabundo, em particular, no serviço público.” Ferreira Jr. teve de fazer um vídeo pedindo desculpas e reconhecendo o exagero nas suas palavras. O conflito aconteceu justamente pela reestruturação do quadro de funcionários, que visa diminuir de 17,2 mil pessoas para 12 mil pessoas, até a metade de 2018. A redução no número de assessores, da equipe administrativa e de gestores com polpudas gratificações permitirá uma economia anual de R\$ 1,5 bilhão.

A atitude da equipe econômica e de planejamento de Michel Temer é uma das mais arriscadas politicamente. A empresa de energia não é uma simples estatal. É a companhia que mais interferência política sofreu em sua história, que teve início durante a ditadura militar. Ela sempre foi aparelhada e usada como cabide de emprego (chegou a ter mais de 23,5 mil empregados) ou para políticas públicas populistas e desastradas como a da ex-presidente Dilma Rousseff, que editou a Medida Provisória 579, em setembro de 2012, e numa





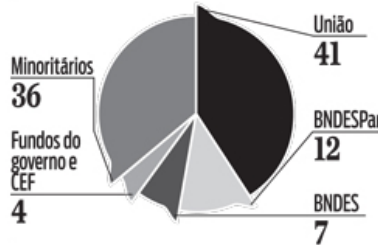
canetada reduziu em média 16,2% a conta de luz para os consumidores residenciais e 28% para o setor produtivo.

A decisão da presidente dilapidou o caixa da Eletrobras para pagar esse subsídio. O Tribunal de Contas da União calcula que, para tirar R\$ 16,8 bilhões por ano da tarifa, o contribuinte teve de pagar R\$ 61 bilhões a mais. Dilma mantinha seu próprio operador na empresa, Valter Cardeal, que era o responsável por cobrar propina para o PT. A Eletrobras, já prejudicada por um sistema corrompido, entrou em situação pré-falimentar. “Uma empresa estratégica é aquela que dá resultado e não a que faz tarifa subsidiada. Empresa forte garante tarifa baixa”, diz Franceli Jodas, sócia da área de energia da KPMG. “Muitos competidores não entravam em leilões com a Eletrobras porque sabiam que a oferta seria incompatível com o equilíbrio financeiro da companhia.”

Ministro de Minas e Energia no governo Dilma, Edison Lobão (PMDB-MA) ignorou relatórios da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que indicavam a necessidade de intervenção e privatização de distribuidoras estaduais, em razão da baixa qualidade do serviço prestado por elas. O compadrio político fez Lobão decidir por federalizar essas problemáticas companhias, que se tornaram um fardo nos negócios da Eletrobras. Entre 2005 e 2011, foram investidos R\$ 5

DONOS DA LUZ

Divisão do capital da Eletrobras
(Em %)



Fonte: empresa

ELETROBRAS

Perfil

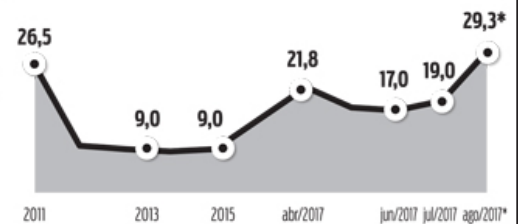


bilhões em seis distribuidoras.

Agora, as últimas serão vendidas e o grupo deixará esse negócio. O atual senador peemdebista alegou ser contrário à medida, pois “a empresa é estratégica para o País e não deveria ser entregue à iniciativa privada”. Dilma parece ter esquecido dos estragos

INVESTIDORES EM CHOQUE

O valor de mercado da companhia caiu no primeiro semestre em razão da instabilidade política, mas se recuperou com o anúncio da privatização (R\$ bilhões)

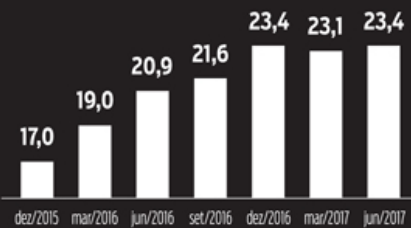


Fonte: Economática

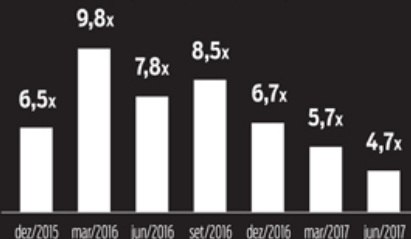
*22/08/2017

CAIXA APAGADO

A dívida líquida da companhia continua alta...
(R\$ bilhões)



...mas a relação entre o endividamento e a geração de caixa diminuiu nos últimos três trimestres
(Dívida líquida sobre o Ebitda)



provocados por ela na Eletrobras. Pelo Twitter, ela disse que “a privatização acaba com a segurança energética do País”. Ninguém deu bola. O desempenho das ações no dia do anúncio da privatização é uma demonstração de como os investidores vêm com ressalvas o papel interventor do governo na companhia.





“Teremos uma Eletrobras mais eficiente e uma tarifa mais competitiva”



O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., conversou com a DINHEIRO de Brasília, onde passou a semana passada em constantes reuniões com o governo para dar início ao processo de privatização da empresa.

Por que privatizar a Eletrobras?

Como é possível ter uma empresa estatal, ainda mais hoje, com o governo com as limitações que tem? É preciso colocar capital na companhia e desviá-lo para funções públicas essenciais, com as quais o governo tem compromisso. A decisão, com os cuidados que estão sendo tomados, de privatizar via mercado de capitais, com os melhores padrões de governança corporativa e de estabelecer uma golden share para ter decisões estratégicas e de Estado, de fato, democratiza o capital, para ser uma corporation. Além de preservar o nome da Eletrobras.

Qual modelo que deve ser adotado nessa privatização?

Um parecido com o da Embraer, pois tem uma golden share. O governo garante uma corporação brasileira, eficiente e com potencial muito grande, que às

vezes não é reconhecido pelo mercado e às vezes pode fazer mais do que faz. É um benefício para o cidadão, o contribuinte e o consumidor. É o que uma empresa mais eficiente como a Eletrobras vai garantir.

A União abrirá mão do controle?

O governo continuará com uma participação relevante. Hoje, tem 64% (soma de União, BNDES e fundos) e o compromisso é que tenha menos de 50%. Ele não anunciou o modelo, mas continuará sendo relevante por um bom tempo. Isso vai garantir para o Estado uma empresa que gera mais resultado, mais dividendos e mais pagamento de impostos pelos seus bons resultados. Essa perspectiva alivia o contribuinte e torna a empresa mais eficiente.

O contribuinte poderá ser penalizado com uma conta de luz mais cara?

O modelo brasileiro está muito focado em leilões públicos, em que vence aquela empresa que constrói um ativo com a menor tarifa. Então, certamente no médio e longo prazo, teremos um setor mais eficiente, uma Eletrobras mais eficiente e uma tarifa mais competitiva.

A empresa será melhor com a saída do governo do controle?

Sem dúvida, porque ainda somos uma empresa pública. Temos um conjunto de obrigações que uma empresa privada não tem. Não é incomum que você faça um leilão eletrônico e ele demorar até sete meses para ser concluído, por causa de contestações, por

exemplo. Numa empresa privada levaria um ou dois meses. Você acaba tendo sim, por força da estrutura de capital público, de atender um conjunto de regulamentos que tira a agilidade da companhia.

Como será feita a redução do quadro de funcionários?

A empresa tem 55 anos e é natural que as pessoas tenham um receio, neste momento, de só ouvir a parte ruim da privatização que é a demissão. Mas estamos fazendo uma reestruturação enquanto estatal, com plano de demissão voluntária, oferecendo pacotes atrativos para as pessoas, com adesão voluntária. A privatização é um ambiente em que o empregado que estiver comprometido com o sucesso e a eficiência da empresa vai ser beneficiado porque o regime é totalmente meritocrático.

A Eletrobras está deixando o negócio de distribuição?

Com auxílio do BNDES, estamos conduzindo o processo de vender seis distribuidoras para sairmos em definitivo desse negócio, até o fim deste ano, quando as privatizações devem ocorrer. O trabalho está sendo concluído agora e imaginamos que já em setembro começamos a tomar as providências do leilão.

O sr. continuará na companhia?

Estou feliz aqui e honrado com o desafio que foi dado. E agora mais entusiasmado com esse momento histórico.

Colaborou: Cláudio Gradilone

Quer comprar?

Nem a Casa da Moeda escapou do programa de privatizações. Com os cofres públicos esvaziados e a necessidade de acelerar a economia, o governo quer leiloar 57 ativos até 2018. Vai dar tempo?

Luís Artur Nogueira

Desde que assumiu o cargo interinamente, em maio do ano passado, o presidente Michel Temer jamais escondeu o seu desejo de privatizar estatais e promover concessões ligadas à infraestrutura. Trata-se de um dos pilares do documento “Uma Ponte para o Futuro”, divulgado pelo PMDB no fim de 2015. Temer fez questão de concentrar todas as informações referentes ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) num gabinete especial, no Anexo I do Palácio do Planalto. E mais: reservou para si próprio uma cadeira no Conselho do PPI, que determina os empreendimentos que entram e saem do programa.

Na quarta-feira 23, o Conselho carimbou a venda ou concessão de 57 ativos para a iniciativa privada, com um cronograma de lançamento de editais e leilões que se encerrará depois das eleições do ano que vem (leia quadro ao final da reportagem). Conforme a DINHEIRO informou em sua última edição, o aeroporto de Congonhas (SP) é o ativo mais valioso à disposição dos investidores. Sozinho, poderá gerar R\$ 5,6 bilhões em outorga. Para a Infraero, no entanto, abrir mão de uma “joia” é temerário, segundo documento da estatal encaminhado ao Ministério dos Transportes.

Segundo a Infraero, o lucro de Congonhas compensa o prejuízo em outro aeroportos regionais. A estatal também deve vender sua participação de 49% nos aeroportos de Brasília (DF), Galeão (RJ), Confins (BH) e Guarulhos (SP). No total, o governo estima arrecadar R\$ 44 bilhões com os novos projetos. “O programa tem contribuído de maneira efetiva para a economia brasileira”, afirmou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, após o anúncio, na quarta-feira 23. “Significa a criação de novos empregos, investimentos, um negócio capaz de restabelecer o desenvolvimento sustentável do País.”

Em meio a portos, rodovias, armazéns e até uma loteria no formato raspadinha, o item mais inusitado colocado à venda pelo governo foi a Casa da Moeda. Criada em 1694 – só é mais nova que os Correios (1663) –, a estatal é responsável por fabricar cédulas e moedas sob determinação do Banco Central, além de imprimir passaportes. Apesar do espanto de muitas pessoas, é comum em vários países que gráficas privadas e até mesmo estrangeiras exerçam essa função. A Canadian Bank Note Company, por exemplo, presta serviços para mais de 30 países. No ano passado, o próprio Banco

Central do Brasil importou 100 milhões de cédulas azuis de R\$ 2 da Suécia, num valor inferior ao cobrado pela Casa da Moeda.

No mercado financeiro e no setor privado, a iniciativa do governo é aplaudida. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as concessões de rodovias e aeroportos, incluídas no pacote do PPI, são imprescindíveis para melhorar a eficiência e modernizar os serviços de infraestrutura, e reduzir os custos de produção no país. A privatização de companhias docas também é uma antiga demanda da indústria. “Com os investimentos e a experiência do setor privado, as administrações portuárias terão maior capacidade gerencial e mais força para elevar a eficiência dos portos brasileiros a padrões internacionais”, afirma a CNI, em nota.

Além de melhorar a infraestrutura e estimular a economia, através de obras, o PPI vai ajudar o governo a cumprir a meta de déficit fiscal de R\$ 159 bilhões no ano que vem. Para o economista e consultor Tharcisio Souza Santos, a lista de estatais privatizada poderia ser ainda maior, pois elas representam “corrupção, cabide de emprego, ineficiência e desperdício de dinheiro público”. “Mais importante do que o dinheiro que





será arrecadado com as vendas é dinheiro que deixará de ser gasto pelo Estado”, afirma Santos, que elogia a privatização da Eletrobras (leia reportagem aqui).

Com regras novas e mais claras em relação às concessões do governo Dilma Rousseff, a maioria dos editais só sairá no ano que vem. Como sempre pode haver contestações na Justiça, há uma enorme interrogação sobre a capacidade do governo Temer de cumprir todo o cronograma previsto. É uma situação que, na visão do economista Fabio Silveira, sócio-diretor da MacroSector Consultores, demonstra uma “improvisação” do governo, o que pode levar a erros de avaliação dos ativos. O primeiro teste será feito no início de setembro, quando o presidente Temer aproveitará a viagem à China para apresentar suas concessões aos investidores.

GOVERNO VENDE TUDO

Governo anuncia a privatização e concessão de diversos ativos

- AVIAÇÃO:** 14 aeroportos, incluindo Congonhas (SP), e a participação da Infraero em outros quatro
- RODOVIAS:** duas estradas federais
- NAVAL:** cinco terminais e a Codesa
- ENERGIA ELÉTRICA:** 11 lotes de transmissão e a usina hidrelétrica de Jaguará
- PETRÓLEO:** quatro rodadas de blocos, incluindo o pré-sal
- ARMAZÉNS:** Casemg e CeasaMinas
- COMUNICAÇÕES:** PPP da rede do Comando da Aeronáutica (Comaer)
- OUTROS:** Casa da Moeda e Lotex (raspadinha)

Fonte: PPI

Temer ou Meirelles, quem capitalizará o PIB?

Por Angela Bittencourt

Sexta-feira, 1º de setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil do segundo trimestre do ano. A média das projeções colhidas pelo Valor Data indica estabilidade do indicador e aponta alguma melhora na abertura das contas. E ela será mais que comemorada. No governo e fora dele. Após retração de 7,5% nos últimos dois anos, se a atividade parar de cair o país estará no lucro.

O presidente Michel Temer, um dos interessados em capitalizar o feito, estará na China. Embarca amanhã. Lá, participa da cúpula do G-20. O ministro da Fazenda Henrique Meirelles - duplamente interessado no dado do IBGE - estará no Brasil. Assim como os ministros do núcleo político de Temer. O titular do Planejamento, Dyogo Oliveira, estrela em ascensão na administração pública, integra a comitiva - lotada de políticos - do presidente.

O bom desempenho da economia ou uma piora menor - se capitalizada - aproxima Temer de uma possível, embora negada, candidatura à Presidência em 2018 ou, no mínimo, de um passe livre para a história. Meirelles cobiça esse destino, mas tem meta adicional a cumprir. É ministro da Fazenda. Portanto, responsável imediato pela gestão da política econômica - sucesso ou fiasco. É um aspirante à

Presidência e nessa condição depende do sucesso do seu atual trabalho.

Temer completa 1º ano com avanços, lista consultoria

No Congresso promovido pela B3 no fim da semana passada, em Campos do Jordão, o ministro da Fazenda demonstrou grande otimismo com a recém anunciada proposta de privatização de empresas pelo governo e até com a encalacrada Reforma da Previdência - tudo ainda neste ano. Se mostrou refratário a críticas de renomados economistas.

Consultado sobre o seu futuro profissional, o ministro faz acrobacia e escapa do assunto. Elegante, indica que essa 'promoção' não está nos planos. Garante estar 100% dedicado à restauração da atividade, como se recuperar o crescimento econômico depois do caos - também político - não patrocina uma escalada para maiores desafios e responsabilidades. Patrocina.

Nesta semana, sem algum esforço, Temer estará mais distante do PIB do 2º trimestre. E poderá estar mais próximo de alguma má notícia, portanto, em maior desvantagem em relação ao seu ministro da Fazenda. Temer não estará no controle direto das

expectativas crescentes de que novas denúncias contra ele poderão ser reveladas com delações de implicados na Operação Lava-Jato em fase de homologadas no Supremo Tribunal Federal (STF). Em compensação, Temer parece ter acertado em cheio ao decidir pela venda de estatais no momento em que a meta fiscal - mesmo com o déficit bilionário ampliado - parece ameaçada.

Marília Stabile, diretora-executiva da.Map, consultoria especializada no monitoramento e análise de temas nacionais em artigos de formadores de opinião e em redes sociais, disse à coluna que a privatização da Eletrobras anunciada pelo governo no fim da segunda-feira, na quarta obteve a melhor percepção da economia como segmento analisado: 66%. Pela métrica da.Map, quanto mais próximo de 100, maior é a aprovação do tema em debate. Quanto ao impacto, a privatização só foi menos discutida que o desemprego - assunto que desde o início da crise puxa o debate nas redes.

A pedido da coluna, a.Map monitorou as redes sociais na sexta-feira para mensurar a repercussão da iniciativa da Petrobras de reestruturar a composição societária da BR Distribuidora, fazer um aporte de capital e um lançamento inicial de ações ainda neste ano. Mas ao





contrário do posicionamento positivo dos analistas à privatização da holding do setor elétrico, menções à BR foram irrelevantes nos resultados observados pela consultoria. Já as menções diretas à Petrobras, que somaram, quantitativamente, 1.027 posts, não foram todos elogiosos. Entre os termos mais associados à estatal foram registrados: "Bendine", "Corrupção", "Destruiu", "Privatização" e "Eletrobras". A Map não identificou citação do público às novidades sobre a reestruturação da subsidiária.

Na quinta-feira, véspera do anúncio do PIB do 2º trimestre, o governo Temer completa o 1º ano de gestão definitiva. E, apesar da herança maldita, levantamento realizado pelos economistas Luiz Castelli e Rafael Oliveira, da GO Associados, a pedido da coluna, mostra que houve avanços econômicos importantes nesse período: emenda do teto de gastos, nova Lei das Estatais, redução do número de ministérios, reforma do Ensino Médio, devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES para o Tesouro, Lei do Pré-Sal e choque de credibilidade na gestão da Petrobras, suspensão do Ciências sem Fronteiras, Programa de Parcerias de Investimento (PPI), Lei da Terceirização, mudança nas regras do cartão de crédito, aumento dos impostos sobre combustíveis, liberação do FGTS e Reforma Trabalhista.

Medidas ainda em tramitação: privatização e concessão de novos

empreendimentos, reoneração da folha, novo Refis, reforma tributária e reforma da Previdência, liberação do PIS-Pasep, privatização da Eletrobras e reestruturação societária da BR Distribuidora.

A suspeita de que o exame de algumas dessas medidas poderá exaurir o Congresso, combinada à certeza de que não será fácil chegar a um acordo para aprovar a reforma da Previdência, fez com que o governo adiasse a retomada das negociações. Mas sequer houve repercussão no mercado financeiro, dada a profusão de iniciativas anunciadas pelo governo.

Mas nada de ilusões. As matérias mais pesquisadas no site do Valor, tanto na sexta-feira quanto na semana passada, retrataram especialmente as questões levantadas pelo governo. As que o governo têm apresentado como alvo de preocupação. O novo texto do programa de renegociação tributária, Refis, foi busca constante. O risco de o governo cometer crime fiscal devido ao imenso déficit também. Mas a líder de leitura tratou da desconsideração pela Receita Federal da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de não cobrar INSS sobre um terço de férias e aos primeiros 15 dias de afastamento de empregado - em razão de doença ou acidente.

Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

Pesquisas em risco

Para cortar gasto, estados extinguem órgãos ou reduzem pessoal, o que compromete políticas públicas

MARCELLO CORRÊA E
DAIANE COSTA

A crise fiscal ameaça piorar a qualidade de dados estatísticos produzidos em institutos regionais de pesquisa. Diante de orçamentos apertados, pelo menos três estados e o Distrito Federal decidiram encolher ou até extinguir órgãos dedicados a produzir levantamentos que vão desde indicadores sociais usados para determinar quantas vacinas devem ser distribuídas à população a diagnósticos de atividade econômica e mercado de trabalho. Por serem específicos, esses dados não são captados pelas pesquisas nacionais. Os governos afirmam que as funções podem ser feitas por secretarias de Planejamento, mas especialistas temem pela perda de independência e profundidade nas análises. Dos 26 estados e Distrito Federal, 16 têm institutos de pesquisa independentes — nos demais, as pesquisas são feitas pelas secretarias de Planejamento. Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba e Distrito Federal relatam o peso do ajuste.

O caso gaúcho é o mais grave. A Fundação de Economia e Estatística (FEE), criada em 1973, está para

fechar as portas após o governo conseguir aprovar projeto de lei que determina a extinção da entidade. O órgão só continua funcionando porque há impasse na Justiça sobre a demissão de parte dos servidores. A FEE é referência nacional. Além de calcular o PIB do estado e dos municípios, produz indicadores sociais e de mercado de trabalho. Segundo Iracema Castelo Branco, economista da instituição, um dos levantamentos que corre o risco de acabar é a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita em parceria com o Dieese, que traz informações que ficam de fora das pesquisas do IBGE. A fundação produz o Índice de Desenvolvimento Econômico (Idese), espécie de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que aponta em quais regiões do estado são necessários mais investimentos. Falta pessoal para tocar os trabalhos. Dos 145 funcionários da fundação, apenas 53 seriam incorporados ao quadro do estado para continuar os trabalhos da fundação. A economista alerta que só metade dos 53 está na ativa. — Nosso temor é que se percam esses indicadores sociais, econômicos e de população. Temos um banco de dados com 993 variáveis econômicas. Isso significa indicar a um município quantas pessoas precisam ser vacinadas. São dados colhidos mensalmente, anualmente. Com a extinção, corremos o risco de passar por um

processo de esvaziamento total de pesquisa e estatísticas — diz Iracema.

A extinção da fundação gaúcha mobilizou a comunidade acadêmica. O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira avaliou, em depoimento em vídeo, o papel da FEE e de outras fundações semelhantes: “Não há nada mais importante no estado do que desenvolver sua educação e depois as suas tecnologias. Essas fundações estão voltadas exatamente para desenvolver as tecnologias para que haja desenvolvimento”, disse Bresser-Pereira, em vídeo publicado em site criado para defender a entidade. O governo do Rio Grande do Sul argumenta que a decisão de acabar com a FEE foi para cortar custos. Segundo o secretário de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul, Carlos Búrigo, o governo atual encontrou projeção de déficit de R\$ 25 bilhões para os quatro anos de mandato. Uma das ações para reduzir o rombo foi extinguir 11 estruturas, nove fundações, uma companhia e uma autarquia, entre elas a FEE, que tem 183 servidores e custo de R\$ 30 milhões ao ano: — Entendemos que não precisamos de estrutura tão cara e onerosa. Temos Dieese, Fipe, FGV e outras estruturas para contratação de serviços qualificados, específicos e no momento que precisarmos. Com a aprovação do pacote de austeridade, Búrigo diz que a economia será de R\$ 1 bilhão por ano.





NO RIO, SÓ UMA TÉCNICA NA EQUIPE DO PIB

A lei que pôs fim à FEE foi inspirado no pacote de ajuste fiscal proposto pelo governo do Rio de Janeiro, no ano passado. Um dos projetos enviados à Assembleia Legislativa (Alerj) previa a extinção da Fundação Ceperj, mas o texto foi rejeitado. O instituto sobreviveu, mas encolheu: o Orçamento foi cortado em R\$ 4 milhões entre 2016 e 2017. Procurado, o governo não deixou claro se a extinção da Ceperj continua em discussão. “A revisão da estrutura administrativa do governo estadual está prevista no âmbito do Plano de Recuperação Fiscal em análise no governo federal. Só após sua homologação, a administração estadual terá condições de avançar na discussão”, disse o governo, em nota. Enquanto isso, a equipe responsável pelo PIB do estado e dos municípios fluminenses, que já foi de cinco economistas, hoje conta com apenas uma profissional. A economista Seráfita Ávila é a responsável por tocar as pesquisas nessa área. Ela avalia que os cálculos do PIB estadual e municipal deste ano estão garantidos, mas, caso a situação se agrave, não descarta eventual interrupção da pesquisa.

— Enquanto eu puder, tiver saúde, mesmo recebendo atrasado, vou fazendo. Tenho carinho. Sentiria muito sair daqui e ver o que a gente fez ir para o ralo. Para a sociedade é ruim. Temos que fazer um esforço maior ainda para não deixar piorar. O anuário estatístico (que deixou de ser produzido) já foi uma perda — lamenta a técnica. Embora seja

divulgado pelo IBGE, o PIB dos estados e municípios é calculado pelos institutos locais. Sem o envolvimento dos governos estaduais, a pesquisa está sob risco. O presidente do IBGE, Roberto Olinto, afirma que, em caso extremo, o instituto assumiria a produção, mas há um limite. — Se isso vira uma epidemia... A gente consegue fazer para um, para dois, para três, mas para 27 unidades da federação? Regional e municipal? — afirma Olinto, que vê com preocupação a extinção dos órgãos regionais. — Não se faz política pública no cheiro. Além de não saber o que vai fazer, você não consegue acompanhar sua decisão. Frederico Cunha, gerente das Contas Regionais do IBGE, explica que, no caso dos dados estaduais, o IBGE pode produzir as estatísticas com base em pesquisas nacionais. Mas substituir os estados na elaboração do PIB dos municípios é impossível.

— No caso do PIB dos municípios, cada estado contribui com dados da Secretaria de Fazenda, que só a equipe de Fazenda tem como conceber, e o IBGE não tem como fazer — alerta Cunha. Para o economista Bruno Sobral, especialista em economia fluminense da Uerj, o Rio falha em produzir dados mais profundos, como o impacto de incentivos fiscais e o potencial de desenvolvimento do estado. Ele critica a transferência da produção das estatísticas para as secretarias de planejamento: — Tem que entender a diferença entre Estado e governo. Governo fica mudando a cada eleição. Instituição de Estado tem visão estratégica, que

deve ser sustentada independentemente da gestão. Na avaliação de Julio Miragaya, presidente da Associação Nacional das Instituições de Planejamento e Estatística (Anipes), a crise é generalizada. Há três anos, 400 representantes compareceram ao encontro nacional. No ano passado, foram apenas 60: — São encontros técnicos, parcerias são estabelecidas. Quando se corta o intercâmbio, corta-se a possibilidade de as instituições crescerem juntas. Na crise, o planejamento paga um preço muito alto.

CORTES TAMBÉM NO DISTRITO FEDERAL

Miragaya é presidente da Codeplan, no Distrito Federal, que também sofreu cortes. A instituição anunciou este ano Plano de Demissão Voluntária (PDV). Em nota, o governo do DF disse que 191 dos 407 funcionários aderiram ao programa. A economia estimada é de R\$ 2,5 milhões. Embora o governo afirme que não haverá cortes em pesquisas, Juscelino Umbelino de Souza, gerente de pesquisas socioeconômicas da Codeplan, vê prejuízo: — Vamos perder servidores experientes. Há anos nossa equipe técnica não é renovada. Esperamos que, após o programa de desligamento voluntário, ocorra concurso para perfil técnico e reposição. Se isso não acontecer, a cada ano a Codeplan vai morrendo por inanição. A história da Codeplan é de altos e baixos, sempre de ameaça de extinção, e com a crise dos estados se vê novamente ameaçada. As dificuldades se





avolumaram nos últimos anos.

O GLOBO procurou as 16 fundações estaduais no país. Imesc (Maranhão), Iparde (Paraná) e Fundação Seade (São Paulo) informaram que não houve redução das atividades por causa da crise. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) afirmou que houve contingenciamento do orçamento e que “as pesquisas desenvolvidas pela

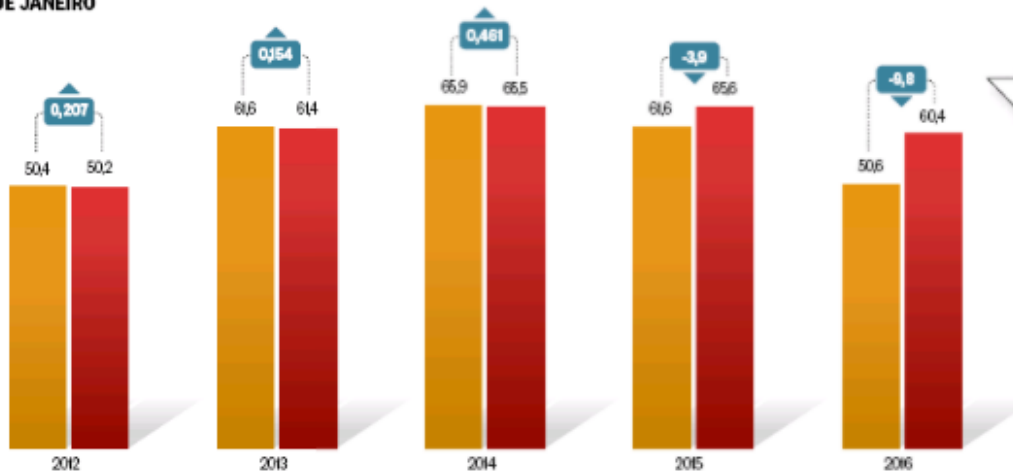
instituição foram readequadas e reordenadas visando à continuidade da execução das atividades, entretanto sem apresentar prejuízo ao seguimento das pesquisas e estudos”, sem dar detalhes. Fundação João Pinheiro (Minas Gerais) e Fapespa (Pará) não retornaram o contato. Não conseguimos contato com os institutos de Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

OS CASOS MAIS GRAVES

EM BILHÕES

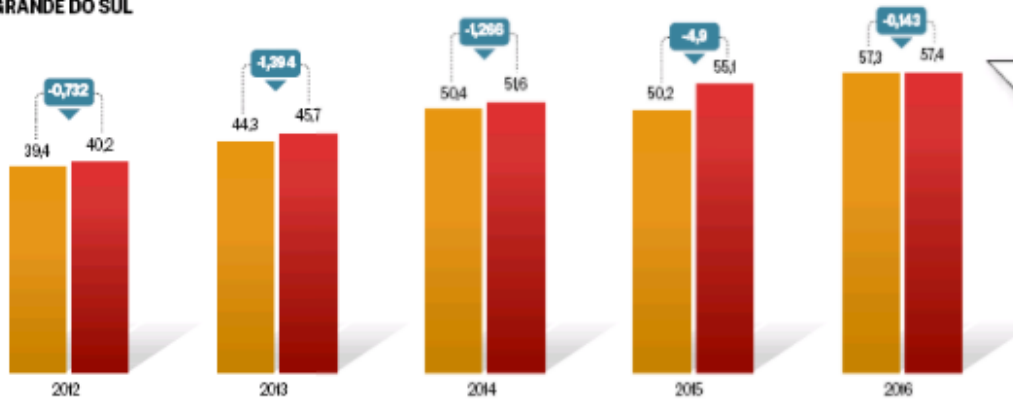
RECEITAS DESPESAS RESULTADO (SUPERÁVIT OU DÉFICIT)

RIO DE JANEIRO



O que aconteceu com o instituto de pesquisa: Fundação Ceperj teve o orçamento cortado em R\$ 4 milhões, em um ano. Quase foi extinta no ano passado

RIO GRANDE DO SUL



O que aconteceu com o instituto de pesquisa: FEE foi extinta por lei neste ano. O órgão se mantém em funcionamento por meio de uma liminar

Melhora da economia vai demorar a surtir efeito na arrecadação

Inflação baixa e contribuição menor de indústria e bancos afetam receitas

MARTHA BECK E GERALDA DOCA

BRASÍLIA- A queda livre nas receitas, que obrigou o governo a propor mudanças nas metas fiscais de 2017 e 2018, foi resultado de uma combinação de fatores que se transformou numa tempestade perfeita para a equipe econômica. Além da recessão, que vinha derrubando o recolhimento de impostos e contribuições desde 2014, o governo teve de enfrentar o efeito da redução dos índices de preços sobre a arrecadação e a contribuição cada vez menor dos setores industrial e financeiro aos cofres públicos.

No mês passado, a Receita Federal recolheu R\$ 109,9 bilhões, 0,34% a menos que em julho de 2016. Especialistas e integrantes do governo ouvidos pelo GLOBO afirmam que, embora a economia já dê sinais de recuperação, isso vai demorar a se refletir nas receitas, deixando um quadro fiscal difícil nos próximos anos. O pesquisador do Ibre/FGV e ex-secretário de Política Econômica da Fazenda Manoel Pires lembra que a receita líquida do governo atingiu 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, quando as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de 2%

do PIB. De lá para cá, a receita caiu, ficando em 17,4% do PIB em 2016. Para este ano, a projeção é de 17,3% e, para 2018, de 16,8%. — A receita está em torno de 17% de um PIB que não cresce. Teria de voltar a um patamar de 19% para que o país volte a fazer superávits primários e reduza a dívida pública — explicou Pires.

RECUPERAÇÃO COM REFORMA

Os cálculos da equipe econômica mostram que a forte queda da inflação teve impacto negativo sobre as contas públicas. Se preços mais baixos são bons para a renda das famílias, também reduzem a base de incidência dos impostos e contribuem para derrubar as receitas. A inflação baixa (menor que o centro da meta, de 4,5%) fez com que as projeções dos técnicos no Orçamento de 2017 ficassem muito descoladas do resultado efetivo verificado até agora. A frustração apenas com esse fator já está em R\$ 19 bilhões. Para 2018, o número é ainda maior, de R\$ 23 bilhões. A estrutura tributária brasileira se tornou um agravante. Com a recuperação da economia puxada mais fortemente pelo setor do agronegócio, que tem carga tributária menor que o segmento industrial, a receita também sofreu. Além disso, o setor financeiro vem dando contribuições menores para a arrecadação.

Em entrevista ao GLOBO, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicou que os bancos fizeram provisões nos últimos anos e estão descontando perdas do imposto devido. E muitas empresas estão num processo de absorção de prejuízos do passado, o que impacta a arrecadação: — Isso vai mudar. O que nós prevemos é uma recuperação gradual. Quando o PIB está subindo, a receita cresce mais do que o PIB. Quando começa a cair, a receita cai mais. Com a recuperação da economia e com PIB crescendo mais, a receita vai crescer. Com isso, vamos chegar a superávits primários importantes. Ainda é difícil prever quando vai acontecer. O ministro afirmou que será preciso fazer uma reforma tributária que mude a distribuição da carga tributária entre os setores: — Tem questões estruturais que vamos ter que olhar à frente, que são as mudanças setoriais na economia.

Para o professor do Instituto de Direito Público (IDP) e pesquisador do Ibre/FGV José Roberto Afonso, a arrecadação não voltará aos tempos áureos da década passada sem uma reforma tributária. Segundo ele, com as mudanças nas relações econômicas, o sistema, voltado a tributação de mercadorias e serviços, tornou-se obsoleto. Transações virtuais (armazenamento de dados em nuvem, ouvir música) crescem cada vez mais e não geram





arrecadação. Além disso, afirmou, há transformações no mercado formal de trabalho, com maior participação de prestadores de serviços e menos carteira assinada. — A perspectiva é que a carga tributária siga se deteriorando, como já vem ocorrendo desde o fim da década passada. Vai melhorar só quando se construir um novo e moderno sistema tributário — disse Afonso.

IMPACTO DO CÂMBIO

Segundo dados da Receita Federal, o recolhimento de tributos de entidades financeiras já caiu quase 7% no ano, ficando em R\$ 91,4 bilhões até julho. Para Afonso, os ganhos financeiros que sustentavam muito da arrecadação despencaram com juros reais e menos crédito. Ele lembrou o caso do BNDES, que chegou a emprestar R\$ 200 bilhões por ano e que, em 2017, mal chegará a um terço. Isso representa menos IR, CSLL e PIS/Cofins. Fontes do mercado financeiro argumentam que a situação é diferente de acordo com

o foco de cada banco. Em instituições com muitos negócios fora do país, como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, a queda no recolhimento de impostos está relacionada ao câmbio.

Esses bancos tiveram prejuízo tributário com operações de hedge (proteção contra variações da moeda estrangeira) porque o dólar subiu nos dois últimos anos e, agora, estão com estoque de crédito — o que vem reduzindo a base de impostos a pagar. A recessão — que praticamente paralisou novas concessões de crédito e a arrecadação de impostos desse serviço, num cenário de risco mais alto por causa da inadimplência — ajuda a explicar porque os bancos estão pagando menos para o Fisco. Segundo técnicos do governo, a demora dos contribuintes em aderir ao novo Refis por causa da dificuldade do governo em fechar acordo com o Congresso em torno do regime tem impacto negativo na arrecadação.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA »

Servidores lotam conselhos

Especialistas criticam participação de funcionários do Executivo em estatais por conflito de interesses e falta de dedicação necessária

ROSANA HESSEL

A renúncia do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ao cargo de membro do Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e ao jetom de R\$ 18 mil mensais, na semana passada, chama a atenção para um fato na esfera pública, que vai além do descumprimento do teto constitucional de remuneração. É comum ouvir casos de servidores que aceitam postos em conselhos, mesmo tendo uma agenda atribulada. Por conta disso, acabam usando tempo de seus assessores para se prepararem para essas reuniões nas quais terão um rendimento pessoal adicional, algo que não é fiscalizado pelos órgãos competentes.

O advogado e consultor Ruy Coutinho, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), conta que ouviu relatos desse tipo, e demonstra preocupação, porque isso mostra que existe um grande número de conselheiros sem o devido conhecimento das empresas que aconselham. “Jetons de estatais

passaram a ser uma forma de aumentar o salário dos servidores, sem que eles fossem familiarizados com a área de atuação da empresa”, relata.

A prática não é nova, mas intensificou-se nos governos de Lula e Dilma. Entre 2003 e 2010, enquanto era ministra das Minas e Energia e depois da Casa Civil, Dilma Rousseff presidiu o Conselho de Administração da Petrobras.

Um caso clássico de falta de comprometimento dos conselheiros de estatais com os recursos públicos é o da compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (Estados Unidos), em 2006. Dilma, na época da compra superfaturada, assinou a autorização da operação “sem ler”, porque confiou no relatório do assessor. “Esse foi um problema claro de composição de conselho. Dilma não foi a única a fazer isso até hoje. Muita gente assina sem ler, porque não está preparada para compor um conselho, o que aumenta o risco de uma decisão mal tomada”, avalia Coutinho.

Mas há casos bem piores, de total desconexão com o assunto tratado. “Alguns conselheiros sequer entendem do setor em que as estatais atuam. Há os que designam assessores para preparar briefings. Alguns já levam para a reunião redigido o voto de determinada questão. Em muitos casos, nem

questionam o que está escrito”, ressalta ele, defendendo que os conselheiros tenham “notório saber” da área da empresa que estão aconselhando. Isso é previsto na nova Lei das Estatais, que só entra em vigor integralmente, porém, em 2018.

Quando o projeto estava sendo elaborado, cogitou-se a inclusão de uma cláusula que permitia a indicação de servidores aposentados para o cargo de conselheiros, pois eles teriam tempo disponível para a função, sem contar a experiência. Mas essa proposta foi barrada e aplicou-se a obrigatoriedade de que os representantes do governo nesses conselhos, que não são poucos, fossem funcionários públicos da ativa.

“A indicação de servidores aposentados para esses cargos seria uma forma de usar o conhecimento de um profissional da área, com mais tempo para se dedicar ao trabalho do que uma pessoa da ativa, o que é fundamental para quem integra um conselho”, comenta o economista e secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco.

Ele recorda que, no passado, os conselhos de estatais não tinham remuneração. “O pagamento dos jetons foi eliminado porque, como hoje, eles eram muito criticados. Mas, logo depois, alegaram que havia dificuldades para designar representantes do governo para os





conselhos. As pessoas não aceitavam participar sem uma recompensa e, por conta disso, justificou-se a volta dos jetons”, explica.

Aluisio Monteiro, coordenador de Ciências Contábeis da Faculdade Mackenzie Rio, ressalta que, no caso dos servidores, o propósito cívico deveria ser maior do que o interesse na remuneração extra do jetom, mas ele é ignorado. “O princípio é de que quem presta concurso público deve servir ao país, mas isso não é a regra”, lamenta. Na avaliação do professor, os aposentados poderiam ser mais bem aproveitados nesse sentido, dependendo do cargo que a pessoa ocupou, pois teriam mais tempo para se dedicarem às empresas”, explica.

Monteiro destaca ainda que as distorções éticas vão além do pagamento dos jetons, pois há uma série de privilégios questionáveis e caros ao contribuinte no setor público que precisariam ser revistos neste momento de ajuste fiscal, principalmente no Judiciário. “O conceito de servidor no Brasil é totalmente diferente do que se usa em países desenvolvidos. Parece que vivemos em uma nação cheia de castas e os integrantes do serviço

público estão acima da maioria da população”, argumenta.

Para o especialista em administração Sergio Lazzarini, professor de estratégia empresarial do Insper, a limitação para integrantes do governo nos conselhos de estatais quando há conflito de interesses seria salutar. A ideia é impedir, por exemplo, o que ocorreu na época do então ministro da Fazenda, Guido Mantega, que presidia o órgão da Petrobras. Ele vetava os aumentos da gasolina para segurar a inflação, prejudicando o caixa da companhia em bilhões de reais.

“É preciso evitar condutas que sejam contrárias aos interesse da empresa. Outra discussão de governança corporativa que também é questionada é a presença de diretores ou do presidente da empresa, seja pública, seja privada, nos conselhos. Há prós e contras. Primeiro, a mesma pessoa acelera a decisão, mas gera conflito de interesse entre o do gestor e o da empresa”, destaca.

Ganho de valor

Na avaliação de Lazzarini, o que é preciso destacar em um conselheiro

é que ele precisa adicionar valor à companhia. “Se é aposentado ou não é irrelevante. Mas é preciso que ele tenha tempo para isso. A remuneração é justa se o trabalho estiver sendo bem executado”, diz.

O professor do Insper destaca que um dos pontos mais importantes no perfil do conselheiro é o conhecimento, independente de ele ser ou não um servidor. “Não existe bala de prata ou iniciativa que vá resolver o problema de corrupção, mas precisamos evoluir. A Lei das Estatais fez novas adaptações e mudanças positivas estão ocorrendo”, afirma ele, lembrando que o mercado vem reconhecendo os avanços feitos no comando da Petrobras e nos perfis dos conselhos após a mudança no comando da estatal.

“Jetons de estatais passaram a ser uma forma de aumentar o salário dos servidores, sem que eles fossem familiarizados com a área de atuação da empresa”

Ruy Coutinho, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)





Cargos disputados

As 151 estatais federais possuem conselhos fiscais e administrativos nos quais muitos servidores complementam a renda com os famosos jetons

Veja quanto é a remuneração de alguns dos conselhos de estatais federais que são disputados a tapa na Esplanada por integrantes da equipe econômica

Jetons de estatais - valor mensal (R\$)



Perfil das estatais

151

total de estatais federais

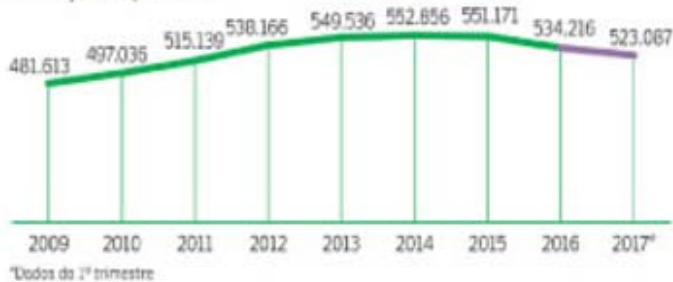
103

sob controle indireto

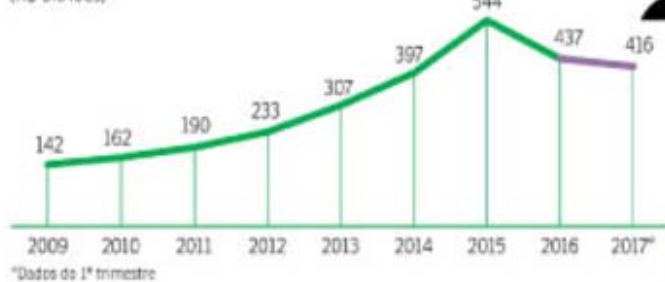
48

sob controle direto, sendo 30 não dependentes de repasses do Tesouro Nacional e IB, dependentes de repasses do Tesouro

Evolução de pessoal



Evolução do endividamento das estatais (R\$ bilhões)



Patrimônio Líquido das estatais*

Dados de 2015

Empresa/Grupo	R\$ bilhões	% do total
Petrobras	257,9	52,0
Banco do Brasil	81,5	16,0
Caixa	62,7	13,0
Eletrobras	41,7	8,0
BNDES	31,0	6,0
Demais	25,3	5,0
Total	500,1	100,0

Fontes: Portal da Transparência e Sesi/Ministério do Planejamento



Disputa por vagas é acirrada

A disputa por conselhos de estatais é grande na alta administração pública. Os mais próximos aos ministros ou aos secretários das pastas setoriais de cada uma das 151 empresas públicas federais existentes é que acabam sendo agraciados com os cargos mais cobiçados. A remuneração dos conselheiros, de acordo com a Lei das Estatais, não pode exceder a 10% da média dos salários dos diretores da empresa, excluindo adicional de férias. Os valores pagos pelos jetons variam de R\$ 2,7 mil a R\$ 27 mil, se for incluída nessa lista a Itaipu Binacional, que tem a remuneração mais elevada. Esse rendimento não tem incidência de imposto de renda na fonte e entra líquido e certo nos contracheques.

Pela nova Lei das Estatais, a composição dos conselhos fiscais e de administração devem ter, no mínimo, sete integrantes e, no máximo, 11. As empresas precisarão se adequar a essa regra até junho de 2018 e a composição desses conselhos será mais rigorosa do que é atualmente. Em média, existem quatro a seis nomeações da União em cada um desses conselhos, o que abre espaço para, pelo menos, 1.500 indicações, apenas nas estatais federais. Isso resulta em um caminhão de jetons para serem distribuídos pelos ministérios do Planejamento, no caso dos conselhos de administração, e da Fazenda, para os conselhos fiscais, além dos ministérios setoriais de cada companhia.

A hidrelétrica com sede em Foz

do Iguaçu, por exemplo, tem nada menos que 14 membros no conselho de administração, sendo sete indicados pelo governo brasileiro e o mesmo número pelo governo paraguaio. Os mandatos são de cinco anos. Atualmente, há dois cargos vagos do lado brasileiro. A empresa não comenta o motivo da vacância assim como o fato de ter integrantes no conselho colocados pelo presidente Michel Temer sem vínculo com a administração pública, uma das exigências da Lei das Estatais. O valor médio dos honorários desses conselheiros, segundo a companhia, corresponde a “aproximadamente R\$ 22 mil mensais”. Mas, de acordo com o Portal da Transparência, essa remuneração chega a R\$ 27 mil.

Fazenda

Os jetons causam muitas vezes discrepância salarial entre secretários e assessores. Uma das pastas onde isso acontece com maior frequência é justamente o Ministério da Fazenda, que, em nota, afirma que “não há irregularidades e estão todos em conformidade com o que determina a Lei das Estatais”. “A atuação de seus representantes nos conselhos de estatais federais é relevante instrumento na defesa dos interesses da União”, diz o órgão, acrescentando que “avalia com regularidade esses representantes, tendo como base as boas práticas de governança corporativa, especialmente a referência do guia de Governança Corporativa para Ativos Governamentais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”.

Um hábito ainda comum nas estatais e que é criticado pelos analistas é o fato de integrantes da diretoria participarem dos conselhos. A Lei das Estatais tinha um inciso que proibia essa prática, mas foi vetado pelo presidente Michel Temer. Sidney Ito, sócio da consultoria KPMG, lamenta esse veto e lembra que uma das principais regras de governança da B3 é não permitir que as mesmas pessoas da diretoria componham o conselho. “Isso não deveria acontecer, porque não é recomendável como boa prática de governança. Esse é um fator de preocupação em relação às estatais, mas a tendência é que isso ocorra cada vez menos”, afirma.

Uma das estatais citadas pelos analistas com diretores no conselho é o Banco do Brasil, cujo presidente integra o conselho de administração. Procurada, a instituição informa que o voto do presidente tem o mesmo peso que o dos demais membros.

Sem limite

Graças aos jetons de estatais, há vários secretários na Esplanada com renda bruta acima do teto constitucional, de R\$ 33,7 mil, e superiores, portanto, ao rendimento de seus respectivos ministros, se considerarmos apenas a renda bruta mais os jetons e verbas indenizatórias. Para piorar, há casos de assessores de ministros com remuneração superior à de secretários, o que mostra uma falta de coerência entre as funções e os salários. Procurada, a Corregedora-Geral da União (CGU) não comentou o assunto.